

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

ABAÇAI CULTURA E ARTE

SÃO PAULO, 01/08/2022

Preparada por: TATIANE BROSE PIRES
Rua Maria Paula, 122 - Cj.801 - Bela Vista - S. Paulo - SP
Fone: 11 3101-2881
E-mail: tatiane@scont.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Diretores e Conselheiros da
ABAÇAI CULTURA E ARTE
São Paulo – SP

Opinião sem ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **ABAÇAI CULTURA E ARTE** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Organização Social **ABAÇAI CULTURA E ARTE**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem finalidade de lucros.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”.

Somos independentes em relação à Organização Abaçai cultura e Arte de acordo com os princípios éticos previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Confiamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

A Abaçai Cultura e Arte firmou contrato de gestão sob nº 06/2017 com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura, para gerir o Conservatório Dramático e Musical “Dr. Carlos de Campos” de Tatuí, com vigência de 18 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022.

O Contrato de Gestão 006/2017 foi rescindido, antecipadamente, em 29/12/2020 e as e direitos foram sub-rogadas a nova organização social. As obrigações e direitos advindos das obrigações existentes até a rescisão do contrato de gestão terão seu registro contábil reconhecidos no momento da devolução das sobras de recursos e dos fundos de reservas que ocorreram até 31/05/2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Organização é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Organização é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Organização continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

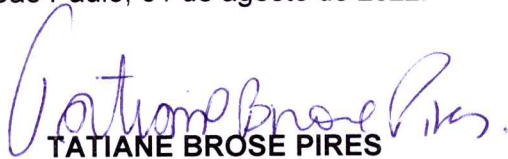
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada está de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Organização para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Organização. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

São Paulo, 01 de agosto de 2022.



TATIANE BROSE PIRES
Contador CRC 1 RS 061575/O-4 "T"

ABAÇAI CULTURA E ARTE

CNPJ: 50.590.215/0001-88

BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

ATIVO	Notas	2021		2020		Notas	2021		2020
							(Valores em Reais)		
Circulante				8.815.385			(5.114.886)	(9.667.583)	
Caixa e Equivalentes de Caixa		5.035.010	4.194.074			9	(147.199)	(211.941)	
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	346.670	4.194.074			10	(283.592)	(3.815.137)	
Créditos a Receber		4.688.340	4.621.311			8.a	(27.828)	(136.112)	
Contrato de Gestão a Receber - SEDPeD	5	4.583.333	4.583.333			8.b	(4.656.268)	(771.152)	
Adiantamentos a Fornecedores		10.000	5.000				-	92.185	
Outros Créditos		9.500	15.203				-	(3.876)	
Despesas Antecipadas		85.507	17.774						
Não Circulante		986.138	13.603.679				(477.143)	(12.321.555)	
Realizável a Longo Prazo		469.876	11.181.267				(330.000)	(330.000)	
Aplicações Financ. SEDPeD – Recursos	6	469.876	360.365			12	(60.000)	(60.000)	
Investimentos		-	881.833			11.a	-	(9.939.070)	
Contingência Trabalhista a Receber - SC	11.a	-	9.939.069			7	-	(1.887.024)	
Imobilizado		504.262	2.391.027			7	(87.143)	(105.461)	
Bens Imobilizados - SEDPeD	7.b	162.281	6.420.810				(429.119)	(429.926)	
(-) Depreciação Acumulada	7	(86.137)	(4.457.901)			14	(1.000)	(1.807)	
Imoveis Rurais - Abacat	7.a	428.119	428.119			7.a	(428.119)	(428.119)	
Intangível		12.000	31.384						
Desenvolvimento de Software - Abacat SP	7.c	45.000	143.833						
(-) Amortização Acumulada	7.c	33.000	112.449						
TOTAL DO ATIVO		6.021.148	22.419.064				(6.021.148)	(22.419.064)	
PASSIVO									
Circulante									
Fornecedores de bens e serviços									
Obrigações Trabalhistas									
Obrigações Tributárias									
Recursos de Projetos em Execução - SC									
Recursos de Projetos em Execução - SEDPeD									
Outros Rec. de Projetos em Execução									
Outras Contas a Pagar									
Não Circulante									
Fundo de Reserva do CG SEDPeD									
Reserva de Contingência CG SEDPeD									
Provisões p/ Contingência Trabalhista - CG SC									
Imobilizado com Restrições - CG SC									
Imobilizado com Restrições - CG SEDPeD									
Patrimônio Líquido									
Patrimônio Social									
Doações e Subvenções									
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMONIO LÍQUIDO		6.021.148		22.419.064		(6.021.148)		(22.419.064)	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis

ABAÇÁI CULTURA E ARTE

CNPJ: 50.590.215/0001-88

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

valores em reais

RECEITAS OPERACIONAIS VINCULADAS	NOTAS	2021	2020
Com Restrição		8.378.350	22.528.059
Recursos do Contrato de Gestão - Sec da Cultura	13	2.699.098	22.381.392
Recursos do Contrato de Gestão - SEDP Deficientes	13	5.677.665	-
Contribuições e Doações		-	103.920
Captação de Recursos Próprios		1.587	42.747
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS VINCULADAS		(8.379.157)	(22.529.150)
Com Contratos de Gestão e Demais Recursos			
Eventos		(630.100)	(646.922)
Pessoal		(2.887.375)	(17.136.286)
Prestação de Serviços		(781.740)	(532.276)
Despesas Administrativas Gerais		(4.058.607)	(4.213.666)
Despesas Financeiras		(21.335)	-
DÉFICIT BRUTO VINCULADO		(807)	(1.091)
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(807)	(1.091)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis

ABAÇAI CULTURA E ARTE
CNPJ: 50.590.215/0001-88
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
 valores em reais

	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit(Déficit) do Período	(807)	(1.091)
Ajustes por:		
(+) Depreciação	32.262	349.082
Superávit(Déficit) Ajustado	31.455	347.991
Aumento(Diminuição) nos Ativos Circulantes		
Recursos de Projetos em Execução	-	234.679
Contas a Receber dos Contratos de Gestão	-	458.333
Adiantamento a fornecedores	(5.000)	(2.671)
Depósitos Judiciais	5.703	-
Despesas Antecipadas	(67.733)	-
Contingência Trabalhista a Receber - Secretaria da Cultura	9.939.069	2.726.999
Aumento(Diminuição) nos Passivos Circulantes		
Fornecedores de bens e serviços	(64.742)	(351.613)
Obrigações Traalhistas e Tributárias	(3.639.830)	(1.722.114)
Recursos de Projetos em Execução	(936.434)	920.399
Outros Recursos de Projetos em Execução	92.185	-
Outras Contas a Pagar	3.876	(51.440)
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	5.358.550	2.560.563
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aplicações Financeiras Realizável a LP	(109.511)	(1.242.175)
Aquisição/Baixa de ativo Imobilizado Líquido - CG	1.885.518	(96.300)
Aquisição/ Baixa de ativo Investimentos	881.833	-
Aquisição/ Baixa de ativo Softwares	(19.384)	-
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	2.638.456	(1.338.475)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Contrato de Gestão	(11.844.411)	(2.588.689)
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	(11.844.411)	(2.588.689)
(=) Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.847.405)	(1.366.601)
(=) Aumento/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.847.405)	(1.366.601)
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período</i>	4.194.075	5.560.676
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período</i>	346.670	4.194.075

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis

ABAÇAI CULTURA E ARTE

CNPJ: 50.590.215/0001-88

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

valores em reais

	Patrimônio Social	Déficit do Exercício	Doações e Subvenções	Total do Patrimônio Líquido
Saldos finais em 31/12/2019	-	2.898	428.119	431.017
Déficit do Exercício 2020	-	(1.091)	-	1.091
Saldos finais em 31/12/2020	-	1.807	428.119	429.926
Déficit do Exercício 2021		(807)		807
Transferência para Patrimônio Social	1.000	(1.000)		
Saldos finais em 31/12/2021	1.000	-	428.119	429.119

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração as Demonstrações Contábeis para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (centavos eliminados).

1 - Contexto operacional

A Abaçai Cultura e Arte criada em 07 de julho de 1977, é uma organização social de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada em 28/12/2004 como Organização Social de Cultura por ato do Governador do Estado de São Paulo e em 31 de outubro de 2013 como organização social da área de atendimento ou promoção dos direitos da pessoa com deficiência de modo a habilitá-la a celebração de contrato de gestão com o Estado por intermédio da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD). Ela tem por finalidade: fomentar o desenvolvimento de práticas e produção cultural por meio de teatro, música, dança folclore e ações de inclusão social, como meio de produção e desenvolvimento econômico e social de combate à pobreza; a promoção à cultura; e a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico. Para atingir as finalidades de seus objetivos a entidade poderá celebrar acordos, contratos, convênios, intercâmbios e parcerias com pessoas ou entidades relacionadas com a consecução de seu objeto social, inclusive entidades de direito público ou privado nacionais ou estrangeiras.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Organização, findas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, conforme pronunciamento ITG 2002 “Entidade sem finalidade de lucro”, Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) TG07 “Subvenções e assistência governamentais”, todas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Organização é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em

quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

e) Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do superávit ou déficit como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. A Organização não está apresentando a demonstração do resultado abrangente em função de não haver nenhuma transação passível de alocação no resultado abrangente. A movimentação no Patrimônio social em 2021 se deu por transferência de saldo dos recursos de projetos a executar.

3 - Principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Organização reconhece os seus recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Organização se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Organização tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como esse no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado se a Organização gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Organização. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Passivos financeiros não derivados

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Organização se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Organização baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Organização tem os seguintes passivos financeiros não derivados: fornecedores e outras contas a pagar.

Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por valores de liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras.

c) Apuração do superávit ou déficit e reconhecimento das receitas e despesas de recursos vinculados

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Conforme determinação do ITG 2002.

Recursos vinculados compreendem aos valores recebidos pela Organização e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado em seus respectivos contratos. Esses recursos possuem como contrapartida e conta de projetos a executar.

Os valores recebidos e empregados do contrato de gestão e projetos especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura e Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Lei Rouanet, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito de projetos a executar no passivo circulante, conforme observado na NBC TG 07. O reconhecimento da receita é registrado a débito do passivo de projetos a executar a contrapartida no resultado do exercício em receita de contrato de gestão e receita incentivada, simultaneamente e pelo mesmo valor.

- **Consumo com despesas:** quando ocorrem os gastos no decorrer do exercício ou fechamento de contratos com prestadores de serviços para realização dos serviços do orçamento anual contido no contrato de gestão referentes ao mês de dezembro, especificamente, independente da emissão da nota fiscal de serviços e do desembolso financeiro, estes contratos têm suas despesas correspondentes reconhecidas em contrapartida no passivo circulante. Dessa forma, os contratos de prestadores de serviços, cujo desembolso financeiro ainda não ocorreu, estarão já reconhecidos como despesas do exercício apesar de não constarem na prestação de contas da Secretaria da Cultura, pois somente serão apresentados em prestação de contas quando houver o desembolso financeiro. A entidade parte do princípio que cumpre todas as prerrogativas exigidas pelo contrato de gestão para que tais despesas sejam reconhecidas no resultado em consonância com as respectivas receitas

oriundas do contrato de gestão. A contabilização obedece ao determinado pela (NBC) TG07 “Subvenções e Assistências governamentais”.

- **Rendimento de aplicações financeiras:** quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras de recursos incentivados são reconhecidos a débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de projetos a executar no passivo circulante.

d) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperáveis (impairment) acumuladas, quando necessário.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

IMOBILIZADO	31/12/2021	31/12/2020
Móveis e Utensílios	10 anos	10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos	10 anos
Software	05 anos	05 anos
Informática e Comunicação	05 anos	05 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e) Avaliação ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração da Organização revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para “Redução ao valor recuperável”, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f) Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Administração da Organização não realiza transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Organização tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

h) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Organização e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Organização possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i) Gerenciamento de risco

A Organização apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de mercado;

A Organização apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos mencionados, os objetivos da Organização, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 15.

- Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Organização são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Organização.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

- **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

I) Demonstração dos fluxos de caixa

A Administração da Organização apresenta fluxos de caixa às atividades operacionais usando método indireto, segundo o qual resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações e que envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxo de caixa das atividades de investimentos ou de financiamento.

4 - Caixa e Equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2021 grupo estava demonstrado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Contrato de gestão – Sec. Cultura		
Contrato de Gestão nº 06/2017	-	3.576.867
Caixa		1.938
Bancos c/Corrente	-	45
Aplicações financeiras	-	3.574.884
Convênio Pronac	81.259	-
Bancos c/Corrente	-	-
Aplicações financeiras	81.259	-
Contrato de gestão – Sec. Deficientes		
Contrato de Gestão nº 001/2019	265.411	617.207
Caixa	1.200	1.200
Bancos conta Movimento	-	-
Aplicações financeiras	264.211	616.007
Total	346.670	4.194.074

O saldo da conta de bancos conta movimento são representados, principalmente, por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de

valor. Os investimentos financeiros referem-se substancialmente a aplicações em fundos de investimentos e estão apresentados a valor de mercado.

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Organização que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados e passivos com pessoal.

5 - Contratos de Gestão a Receber

Descrição	2021	2020
Contrato de Gestão nº 001/2019 SEDPcD	4.583.333	4.583.333
Total	4.583.333	4.583.333

6 - Aplicações financeiras de Longo Prazo

A constituição dos Fundos de Reservas de recursos conexas a execução do grupo de trabalho, correspondente a 6% dos repasses pelo Estado no primeiro ano de execução do Contrato de Gestão e, a partir do primeiro ano de vigência, 1% sobre os repasses efetuados pelo Estado, a título de fundo de contingências. Os recursos dos fundos de reservas, somente poderão ser usados com previa autorização do Conselho de Administração da Contratada, por deliberação de ¾ dos seus membros, cabendo-lhes zelar pelo seu uso, em conformidade com o praticado por entidades congêneres.

Contrato de Gestão Secretaria da Cultura	2021	2020
Aplicação financeira – c/c 1044874-8	-	881.833
Total	-	881.833
Contrato de Gestão SEDPcD	2021	2020
Aplicação financeira – C/C 45531-8	334.311	302.886
Aplicação financeira – C/C 45532-4	135.564	57.478
Total das Aplicações	469.875	360.366

a) Secretaria da Cultura:

O Contrato de Gestão 006/2017, celebrado com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo em 18/01/2018 para gestão do Conservatório de Tatuí/SP, com vigência até 31/12/2022, foi executado até 31/12/2020, sendo rescindido em 29/12/2020. As sobras de recursos e saldos dos fundos de reservas ocorreram em 31/05/2021.

b) Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Os valores retidos a título de Fundo de Reserva e Fundo de Contingência referentes ao contrato 001/2019 com a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência encontram-se

aplicados conforme quadro demonstrativo, item 5 e devidamente registrados em contrapartida no Passivo da Organização demonstrando a possibilidade de devolução a Secretaria.

7 - Ativos imobilizado e Intangível

O ativo imobilizado da Organização está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas atividades. As adições ocorridas durante o exercício de 2021 foram necessárias para a continuidade das atividades de operacionalização e para atendimento ao contrato de gestão.

a) Imobilizado Administrativo – Abaçai - Sede

Corresponde aos bens patrimoniais de propriedade da Organização antes do contrato de gestão acrescidos dos valores dos bens patrimoniais destacados em seguida e adquiridos com verbas do contrato de gestão.

Descrição	% Depreciação	2020			2021			
		Custo Histórico Inicial	Depreciação	Imobilizado Líquido 2020	Despesas de Depreciação	Adições 2021	Baixas/Transferências 2021	Saldo Final 2021
Imobilizado Administrativo - Abaçai								
Móveis e utensílios	10%	26.125	- 26.125	-	-	-	-	-
Computadores e periféricos	20%	1.000	- 1.000	-	-	-	-	-
Máquinas equipamentos	10%	10.910	- 10.103	807	- 807	-	-	0
Obras de Arte		1.000	-	1.000				1.000
Imóveis Rurais		428.119	-	428.119				428.119
Total Administrativo - Abaçai		467.154	- 37.227	429.926	- 807	-	-	429.119

- Imóveis Rurais - Fazenda São Bernardo – Gleba 5

Esta fazenda foi incorporada ao imobilizado da Entidade Abaçai através de doação realizada pela empresa Radar Propriedades Agrícolas S/A, CNPJ: 08.934.347/0001-13. A escritura de doação prenotada com número 146531, datada de 17/08/2018, constante do Livro de Notas 334, páginas 231/252 do Tabelião de Notas e de Protestos de Letras e Títulos da Comarca de Capivari - SP Trata-se de uma gleba de 37 hectares e 30 construções, situada no município de Rafard, comarca de Capivari. A fazenda é o local de nascimento da pintora Tarsila do Amaral, fato que motivou seu tombamento pela Condephaat. Nesse espaço está em fase de implantação o projeto “Luz de Pirilampos”, que é voltado para a desmistificação da arte e da criação, bem como da utilização dos espaços.

A doação está condicionada a algumas condições resolutivas, conforme descrito na sua cláusula 3. Dentre estas condições destaca-se a letra “d” que determina que a donatária Abaçai obtenha junto ao poder público verba para execução do Projeto Centro Cultural Luz de Pirilampos. Este Projeto visa fomentar a cultura no quadrante considerado o berço da cultura caipira paulista. Nesta mesma cláusula está previsto o restauro emergencial e complementar da Casa da Tarsila do Amaral que necessita de intervenções de manutenção fundamentais para evitar perda maior.

b) Imobilizado – Contrato de Gestão Secretaria da Cultura e Secretaria de Estado da Pessoa com Deficiência

A Administração da Organização deve comunicar à unidade gestora todas as aquisições de bens móveis e imóveis que forem realizadas, bem como o acervo adquirido ou doado para ser ativado pela Secretaria de Estado da Cultura e Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no prazo de 30 dias após sua ocorrência.

Conforme Contrato de Gestão entre a Abaçai e o Governo do Estado de São Paulo os bens patrimoniais adquiridos com recursos dos Contratos de Gestão e de uso exclusivo, devendo os bens serem devidamente identificados. Pelo término do Contrato de Gestão devem ser baixados da contabilidade da Entidade gestora e retirados pelo representante do Governo do Estado de São Paulo. Podendo, ainda, serem transferidos a uma nova entidade que venha a assumir o Contrato de Gestão, mediante termo de transferência assinado pelas partes.

- Imobilizado Contrato de Gestão 06/2017 com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo

Descrição	% Depreciação	2020			2021			Saldo Final 2021
		Custo Histórico Inicial	Depreciação	Imobilizado Líquido 2020	Despesas de Depreciação	Adições 2021	Baixas/Transferências 2021	
CG 06/2017 – Secretaria Cultura								
Imobilizado Técnico	10%	3.956.088	- 2.770.833	1.185.254	-	-	- 3.956.088	
Veículos	20%	146.800	- 146.800	-	-	-	- 146.800	
Móveis e Utensílios	10%	629.109	- 432.718	196.391	-	-	- 629.109	
Computadores e Periféricos	20%	316.015	- 313.089	2.926	-	-	- 316.015	
Telefones/Fax		46.765	- 8.718	38.048	-	-	- 46.765	
Máquinas e Equipamentos		600.681	- 368.792	231.889	-	-	- 600.681	
Ferramentas		3.068	- 1.770	1.298	-	-	- 3.068	
Equipamentos de Segurança		11.543	- 7.570	3.972	-	-	- 11.543	
Imobilizado Técnico (Alunos)		54.593	- 34.326	20.268	-	-	- 54.593	
Imobilizado Técnico (Doações)		396.152	- 242.660	153.492	-	-	- 396.152	
Máquinas e Equipamentos (Doações)	10%	110	- 67	43	-	-	- 110	
Instrumento Luteria		110.740	- 67.682	43.058	-	-	- 110.740	
Total Imobilizado CG		6.271.666	- 4.395.026	1.876.640	-	-	- 6.271.666	
Intangível – Secretaria da Cultura								
Software Desenvolvimento	20%	98.833	- 88.449	10.384	-	-	- 98.833	
Total Intangível CG		98.833	- 88.449	10.384	-	-	- 98.833	
TOTAL CG 06/2017 – Secretaria Cultura		6.370.499	- 4.483.475	1.887.024	-	-	- 6.370.499	

O Contrato de Gestão 006/2017 foi rescindido, antecipadamente, em 29/12/2020, sendo o Imobilizado acima devolvido ao proprietário "Governo do Estado de São Paulo, para ser transferido a nova organização social que assumiu o contrato de gestão.

- Imobilizado Contrato de Gestão 001/2019 com a Secretaria da Pessoa com Deficiência

Descrição	% Depreciação	2020			2021			Saldo Final 2021
		Custo Histórico Inicial	Depreciação	Imobilizado Líquido 2020	Despesas de Depreciação	Adições 2021	Baixas/Transferências 2021	
CG 001/2019 Secretaria da Pessoa com Deficiência								
Móveis e utensílios	10%	5.578	-1.073	4.505	-778	7.950	0	11.677
Computadores e periféricos	20%	102.800	-24.344	78.456	-21.504	5.187		62.139
Máquinas equipamentos	10%	1.731	-231	1.500	-173			1.327
Total Imobilizado SEDPcD		110.109	-25.648	84.461	-22.455	13.137	0	75.143
Intangível - Secretaria da Pessoa com Deficiência								
Software Desenvolvimento	20%	45.000	- 24.000	21.000	- 9.000	-	-	12.000
Total Intangível SEDPcD		45.000	- 24.000	21.000	- 9.000	-	-	12.000
CG 001/2019 Secretaria da Pessoa com Deficiência		155.109	- 49.648	105.461	- 31.455	13.137	-	87.143

c) Intangível – Contrato de Gestão 001/2019 com a Secretaria da Pessoa com Deficiência:

O ativo intangível se refere ao desenvolvimento de software destinado ao Eixo Estudo e Pesquisas e Direitos de uso sob encomenda da Secretaria do Estado dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Obrigações com o Estado – Imobilizado: a Organização adota como critério para reconhecimento de obrigação de longo prazo para com o Estado, o registro de valor equivalente ao montante de seu ativo imobilizado vinculado ao contrato de gestão. O saldo da rubrica é aumentado em contrapartida de lançamento na rubrica de receita, sempre que há nova aquisição, e reduzido em contrapartida da rubrica de depreciação acumulada.

- Imobilizado e Intangível Total – Movimentações Ocorridas

As adições, baixas e transferências ocorridas no ativo imobilizado geral da Organização estão demonstrados na tabela abaixo:

Descrição	% Depreciação	2020			2021			Saldo Final 2021
		Custo Histórico Inicial	Depreciação	Imobilizado Líquido 2020	Despesas de Depreciação	Adições 2021	Baixas/Transferências 2021	
CG 06/2017 – Secretaria Cultura								
Imobilizado Técnico	10%	3.956.088	- 2.770.833	1.185.254	-	-	- 3.956.088	-
Veículos	20%	146.800	- 146.800	-	-	-	- 146.800	-
Móveis e Utensílios	10%	629.109	- 432.718	196.391	-	-	- 629.109	-
Computadores e Periféricos	20%	316.015	- 313.089	2.926	-	-	- 316.015	-
Telefones/Fax		46.765	- 8.718	38.048	-	-	- 46.765	-
Máquinas e Equipamentos		600.681	- 368.792	231.889	-	-	- 600.681	-
Ferramentas		3.068	- 1.770	1.298	-	-	- 3.068	-
Equipamentos de Segurança		11.543	- 7.570	3.972	-	-	- 11.543	-
Imobilizado Técnico (Alunos)		54.593	- 34.326	20.268	-	-	- 54.593	-
Imobilizado Técnico (Doações)		396.152	- 242.660	153.492	-	-	- 396.152	-
Máquinas e Equipamentos (Doações)	10%	110	- 67	43	-	-	- 110	-
Instrumento Luteria		110.740	- 67.682	43.058	-	-	- 110.740	-
Total Imobilizado CG		6.271.666	- 4.395.026	1.876.640	-	-	- 6.271.666	-
Intangível – Secretaria da Cultura								
Software Desenvolvimento	20%	98.833	- 88.449	10.384	-	-	- 98.833	-
Total Intangível CG		98.833	- 88.449	10.384	-	-	- 98.833	-
TOTAL CG 06/2017 – Secretaria Cultura		6.370.499	- 4.483.475	1.887.024	-	-	- 6.370.499	-
CG 001/2019 Secretaria da Pessoa com Deficiência								
Móveis e utensílios	10%	5.578	-1.073	4.505	-778	7.950	0	11.677
Computadores e periféricos	20%	102.800	-24.344	78.456	-21.504	5.187		62.139
Máquinas equipamentos	10%	1.731	-231	1.500	-173			1.327
Total Imobilizado SEDPCD		110.109	-25.648	84.461	-22.455	13.137	0	75.143
Intangível - Secretaria da Pessoa com Deficiência								
Software Desenvolvimento	20%	45.000	- 24.000	21.000	- 9.000			12.000
Total Intangível SEDPCD		45.000	- 24.000	21.000	- 9.000			12.000
CG 001/2019 Secretaria da Pessoa com Deficiência		155.109	- 49.648	105.461	- 31.455	13.137		87.143
Imobilizado Administrativo - Abaçai								
Móveis e utensílios	10%	26.125	- 26.125	-				-
Computadores e periféricos	20%	1.000	- 1.000	-				-
Máquinas equipamentos	10%	10.910	- 10.103	807	- 807			0
Obras de Arte		1.000	-	1.000				1.000
Imóveis Rurais		428.119	-	428.119				428.119
Total Administrativo - Abaçai		467.154	- 37.227	429.926	- 807			429.119
TOTAL IMOBILIZADO + INTANGÍVEL 31/12/2021		6.992.762	- 4.570.351	2.422.411	- 32.262	13.137	- 6.370.499	516.263

8 - Recursos de Projetos

a) Contrato de Gestão nº 06/2017- Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo

A Abaçai Cultura e Arte firmou contrato de gestão sob nº 06/2017 com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura, para gerir o Conservatório Dramático e Musical “Dr. Carlos de Campos” de Tatuí, com vigência de 18 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2022. De acordo com o aditamento 005/assinado em 05/12/2020 o valor total do contrato de gestão 007/2017 totalizou R\$ 116.605.800.

O Contrato de Gestão 006/2017 foi rescindido, antecipadamente, em 29/12/2020 e as obrigações e direitos foram sub-rogadas a nova organização social. As obrigações e direitos advindos das obrigações existentes até a rescisão do contrato de gestão terão seu registro contábil reconhecidos no momento da devolução das sobras de recursos e dos fundos de reservas que ocorreram até 31/05/2021.

b) Contrato de Gestão nº 001/2019 - Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Em 21 de outubro de 2019 foi assinado o Contrato de Gestão 001/2019 com a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com vigência de 60 (sessenta) meses. O Contrato totaliza o montante de R\$ 27.500.000 (vinte sete milhões e quinhentos mil reais), com repasse anual de R\$ 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil reais).

O Contrato de Gestão tem o objetivo a gestão do Museu Estadual Memorial da Inclusão. Os caminhos da Pessoa com deficiência compreendem os seguintes eixos: Plano Museológico, Virada Inclusiva, Encontros Regionais, Ação Cultural, Exposição, Formação de Professores, Educativo, Comunicação, Programa de Formação de Líderes e acervos de pesquisas.

- Balanço Patrimonial em 31/12/2021 - SEDPcD

BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020					
ATIVO	2021	2020	PASSIVO	(Valores em	
				2021	2020
Circulante	4.950.781	5.219.239	Circulante	(5.030.657)	(5.189.604)
Caixa e Equivalentes de Caixa	262.441	612.752	Fornecedores de bens e serviços	(146.248)	(143.965)
Caixa e Equivalentes de Caixa	262.441	612.752	Obrigações Trabalhistas	(283.592)	(311.160)
Créditos a Receber	4.688.340	4.606.488	Obrigações Tributárias	(27.828)	(18.095)
Contrato de Gestão a Receber - SEDPcD	4.583.333	4.583.333	Recursos de Projetos em Execução - SEDPcD	(4.572.990)	(4.716.384)
Adiantamentos a Fornecedores	10.000	5.000			
Outros Créditos	9.500	380			
Despesas Antecipadas	85.507	17.774			
Não Circulante	557.019	465.826	Não Circulante	(477.143)	(495.461)
Realizável a Longo Prazo	469.876	360.365	Fundo de Reserva do CG SEDPcD	(330.000)	(330.000)
Aplicações Financ. SEDPcD – Recursos	469.876	360.365	Reserva de Contingência CG SEDPcD	(60.000)	(60.000)
			Imobilizado com Restrições - CG SEDPcD	(87.143)	(105.461)
Imobilizado	75.143	84.461	Patrimônio Líquido	-	-
Bens Imobilizados - SEDPcD	123.246	110.109	Patrimônio Social	-	-
(-) Depreciação Acumulada	(48.103)	(25.648)	Doações e Subvenções		
Intangível	12.000	21.000			
Desenvolvimento de Software - Abaçai SP	45.000	45.000			
(-) Amortização Acumulada	-	33.000			
TOTAL DO ATIVO	5.507.800	5.685.065	TOTAL DO PASSIVO + PATRIMONIO LÍQUIDO	(5.507.800)	(5.685.065)

- Demonstração de Superávit/Déficit em 31/12/2021 - SEDPcD

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO				
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020				
RECEITAS OPERACIONAIS VINCULADAS	NOTAS	2021	2020	
Com Restrição		5.677.665	4.091.704	
Recursos do Contrato de Gestão - SEDP Deficientes	8.B	5.677.665	4.091.704	
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS VINCULADAS		(5.677.665)	(4.091.704)	
Com Contratos de Gestão e Demais Recursos		(5.677.665)	(4.091.704)	
Eventos - Projetos		(630.100)	(517.648)	
Despesa com Pessoal - Geral		(2.887.375)	(2.856.720)	
Prestação de Serviços		(802.128)	(287.826)	
Despesas Administrativas Gerais		(1.339.902)	(429.510)	
Despesas Financeiras		(18.160)	-	
DÉFICIT BRUTO VINCULADO		-	-	
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		-	-	

8.1 - Outras informações dos Contratos de Gestão

Por força dos contratos de gestão, a Organização está obrigada a cumprir determinadas metas, desenvolvimento das atividades, cumprimento das metas e do retorno obtido pela organização social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Organização poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados a descontinuidade do contrato de gestão.

A Administração da Organização avalia que em 2021/2020 as metas foram cumpridas e aguarda a formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura e a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Até o momento, não houve qualquer manifestação contrária por parte de ambas as secretarias.

9 - Fornecedores– Consolidado

Descrição	2021	2020
Fornecedores de Bens e Materiais	847	68.566
Fornecedores de Serviços	145.401	143.375
Total	146.248	211.941

Refere-se a obrigações decorrentes de compras de materiais de escritório e outros, e contratação de prestadores de serviços pessoas jurídicas, bem como aos gastos com fornecedores dos “Contratos de gestão” com a Secretaria da Pessoa com Deficiência, que correspondem aos compromissos assumidos com fornecedores quando a aquisição de materiais e contratação de prestadores de serviços, cuja liquidação ocorre no mês subsequente.

10 - Obrigações Trabalhistas– Consolidado

Descrição	2021	2020
Provisão de férias e encargos CLT e Estatutário	201.110	2.339.081
Salários a pagar	60	381.614
INSS a recolher	57.912	896.574
FGTS a recolher	22.286	101.418
PIS a recolher	2.224	-
IRRF a recolher	-	135.922
Outros Débitos Trabalhistas	-	92.924
Total	283.592	3.947.533

As obrigações existentes em 31/12/2020, com a rescisão do contrato de gestão 006/2017, antecipadamente conforme descrito na nota explicativa 7a terão seu registro contábil reconhecidos no momento da devolução das sobras de recursos e dos fundos de reservas que ocorreram até 31/05/2021

11 - Provisão para Contingências– Consolidado

a) SEC – Contingência Trabalhistas – Processo e Rescisões

Com o conhecimento da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, assinado em 17 de abril de 2018 através do Termo de Compromisso e Responsabilidade, considerou que, em razão do aludido Contrato de Gestão, por consequência ocorreu a sub-rogação total dos Contratos de trabalho firmados entre os trabalhadores e a AACT, a qual transferiu os direitos e obrigações contratuais trabalhistas de seus empregados para a Abaçai. Fez-se necessário o registro contábil das Rescisões Trabalhistas apuradas na data de 17 de janeiro de 2018, debitando o ativo não circulante em contrapartida o passivo não circulante na conta Provisão de Rescisão.

Rescisão Contrato de Gestão 006/2017: Com a rescisão do CG com a Secretaria da Cultura, as dívidas trabalhistas assumidas na assinatura do Contrato de Gestão advindas da AACT, antiga gestora do Conservatório de Tatuí, foram, mediante Termo de Transferência, repassadas a nova gestora a Entidade Sustenidos, a qual assumiu a passivo trabalhista.

Durante a gestão da Abaçai não houve novos processos trabalhistas, ocorrendo apenas movimentações recursais e atualizações dos processos já existentes, cujo saldo contábil em 31/12/2020 era R\$ 3.019.391. conforme posição dos consultores jurídicos, da época, existia em 31/12/2020 uma estimativa de perdas prováveis de R\$ 4.069.662, por se tratar de mera estimativa a administração da entidade optou por manter a posição contábil. O saldo apresentado em 31/12/2020, transferido pela AACT à Abaçai, para o momento das ocorrências dos tramites processuais ou eventuais rescisões trabalhistas, os recursos necessários aos futuros pagamentos dessas demandas não foram recebidos pela Abaçai, não havendo recursos a serem devolvidos relacionados a essas despesas e obrigações.

12 – Fundos de Reservas

A constituição dos Fundos de Reservas de recursos conexas a execução do grupo de trabalho, correspondente a 6% dos repasses pelo Estado no primeiro ano de execução do Contrato de Gestão e, a partir do primeiro ano de vigência, 1% sobre os repasses efetuados pelo Estado, a título de fundo de contingências.

Descrição	2021	2020
Fundo de Reserva do CG SEDPcD	(330.000)	(330.000)
Reserva de Contingência CG SEDPcD	(60.000)	(60.000)
Total	(390.000)	(390.000)

13 - Receitas Operacionais

Descrição	2021	2020
Contrato de Gestão nº 06/2017 SC	2.699.098	18.286.486
Contrato de Gestão nº 001/2019 SEDPcD	5.677.665	4.091.704
Receitas Próprias	1.587	1.200
Total	8.378.350	22.379.390

14 - Patrimônio líquido

O patrimônio social é constituído por bens móveis e imóveis que a Organização possua ou venha a adquirir por compra, doações, donativos, auxílios oficiais, dotações ou subvenções de qualquer tipo ou natureza, e compreende o patrimônio social inicial acrescido dos valores de superávit (déficit) anuais destinados à manutenção de seu objeto social.

Em caso de desqualificação da Organização no contrato de gestão, os bens adquiridos por meio dos recursos repassados serão transferidos integralmente a outra Organização social, qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/1998 e no Decreto Estadual nº 43.493/1998.

15 - Partes relacionadas

A Organização possui transações com o Governo do Estado de São Paulo por meio das Secretarias de Cultura, ano de 2020 até maio de 2021, e dos Direitos da Pessoa com Deficiência, através das quais são recebidos montantes para custear as atividades da Organização, além do recebimento de bens integrantes do ativo imobilizado. Dessa forma, parcelas significativas dos ativos da receita da Organização estão relacionadas ao contrato de gestão com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

16 - Remuneração de administradores

Os administradores da Organização são remunerados através de pró-labore e eventuais benefícios, ocorrem quando negociado e deve constar em ata do Conselho de Administração.

17 - Gestão de risco

Considerações gerais e políticas

A Organização possui uma política formal para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria, que se utiliza de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos.

Risco liquidez

É o risco que a Organização irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A gestão prudente de risco de liquidez implica em manter caixa, aplicações financeiras suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de créditos compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado

INDICADOR	META	Secretaria da Cultura	SPDC
Índice de liquidez corrente (AC / PC)	≥ 1	0,49	1

18 - Cobertura de seguros

A Organização adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

São Paulo, 31 de dezembro de 2021.